

Acessibilidade no Cinema: as potencialidades da audiodescrição na inclusão de pessoas com deficiência visual¹

Daniel Cavalcanti de OLIVEIRA²
Mileide Moreira da SILVA³
Thiago Pontes VIRGINIO⁴
Flávia Affonso MAYER⁵
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O presente estudo investiga a acessibilidade nas mídias audiovisuais para pessoas com deficiência visual, com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas cinematográficas mais inclusivas. Com base nas ações desenvolvidas no âmbito do projeto Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição, tomamos por hipótese que grande parte das barreiras de acessibilidade são oriundas do próprio processo de produção cinematográfica e das escolhas do audiodescritor. A partir da discussão de teorias que embasam a prática da audiodescrição e da realização de exibições filmicas e debates envolvendo o público com deficiência visual, foi possível levantar dados que confirmam a nossa hipótese de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: cinema, acessibilidade, audiodescrição, deficiência visual.

Introdução

Ampliar as oportunidades de acesso à informação e à cultura é um compromisso essencial às sociedades democráticas. Apesar dos avanços práticos e teóricos quanto ao direito à comunicação, muitos grupos sociais historicamente vulnerabilizados permanecem em situação de violação no exercício destes direitos. Um desses grupos é o

¹Trabalho apresentado no IJ04 – Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

²Estudante de Graduação do Curso de Cinema e Audiovisual do DECOM-UFPB do oitavo período, e-mail: danielcavalcanti.0@gmail.com

³Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo do DEJOR-UFPB do oitavo período, e-mail: mileidejp@gmail.com

⁴Estudante de Graduação do Curso de Cinema e Audiovisual do DECOM-UFPB do oitavo período, e-mail: thiagopontes.v@gmail.com

⁵Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba (DECOM/UFPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB). E-mail: flavia.mayer@academico.ufpb.br



de pessoas com deficiência visual (cegos ou baixa visão). Apesar da legislação vigente (como a Lei 10.098, Lei 13.146 e Instrução Normativa Ancine 116/2014 e 128/2016⁶), a violação dos direitos decorre de um cotidiano repleto de preconceito e exclusão. Neste cenário, cabe pensarmos como garantir a estes sujeitos o direito de exercer sua cidadania em condições de maior equidade, respeitando suas diferenças. Ou ainda, como o campo da Comunicação pode e deve se estruturar para garantir o exercício destes direitos.

Para tanto, o presente estudo tem por objetivo identificar e investigar as principais barreiras na elaboração da audiodescrição quando ela é pensada apenas na pós-produção de filmes. Com base nas ações desenvolvidas no âmbito do projeto *Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição*, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, toma como hipótese de trabalho que uma parte significativa das barreiras de acessibilidade são oriundas do próprio processo de produção do cinema e das escolhas do audiodescritor.

Audiodescrição no cinema e no audiovisual

A audiodescrição é uma ferramenta de acessibilidade, ou ainda, uma modalidade de tradução intersemiótica — isto é, uma tradução entre diferentes modalidades de signos. No caso, parte de informações visuais para traduzi-las em informações sonoras (MAYER, 2018). No que diz respeito à audiodescrição de um produto audiovisual, Costa e Frota (2011, p. 3) a definem como a transformação da imagem em texto, no roteiro, e do texto em sons, na locução. Como ferramenta de acessibilidade, a audiodescrição objetiva garantir o acesso do público com deficiência visual a diversas experiências, originalmente, dependentes da visualidade.

A audiodescrição surge nos Estados Unidos em meados da década de 70, e desde então vem sendo adotada em diferentes partes do mundo — incluindo Europa e Japão. No Brasil, o primeiro evento com audiodescrição aconteceu somente em 2003, e desde então a adoção da ferramenta vem acontecendo lentamente (COSTA; FROTA, 2011, p. 3). Essa implementação acontece mediada pela Lei Federal nº 10.098/2010 (BRASIL, 2010), que estabeleceu a obrigatoriedade das emissoras de televisão transmitirem parte

-

⁶ Estas leis serão melhor abordadas ao longo do texto.



da sua programação com audiodescrição. Inicialmente, o mínimo de horas de programação acessível era de duas horas semanais. Em 2021, essa cota é de vinte horas semanais.

O decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta essa lei, define as barreiras de acessibilidade como "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação [...]". Nesse sentido, "desenvolver recursos de acessibilidade seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem, proporcionados pela cultura" (DAMASCENO; GALVÃO FILHO *apud* CUTRIM; LEMOS, 2014, p. 11). Portanto, a audiodescrição, como um recurso de acessibilidade, deve garantir às pessoas com deficiência visual a experiência de consumo desses produtos audiovisuais de forma autônoma, como prescreve a Instrução Normativa nº 128 da Ancine (2016).

A audiodescrição pode ser gravada, ou seja, produzida e mixada previamente ao produto audiovisual; ao vivo, com roteiro pré-produzido e locução feita no momento da exibição; ou simultânea, elaborada e locutada sem elaborações prévias (COSTA; FROTA, 2011, p. 7). A audiodescrição para cinema é, normalmente, gravada. Este processo é mais complexo em etapas de produção, que vai desde a construção do roteiro até a mixagem da narração na obra audiovisual: "trata-se de uma locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens" (NAVES *et al.*, 2016, n.p.). Desta forma, a audiodescrição possibilita o maior acesso das pessoas com deficiência visual às informações imagéticas, até então, indisponíveis por meio do áudio do filme.

Idealmente, o processo de audiodescrição tem a execução dividida por funções específicas: o audiodescritor, que elabora o roteiro; o consultor com deficiência visual, que traz observações específicas da experiência deste público para o processo de roteirização; o locutor, que narra o roteiro; e o editor de som, que executa o estabelecido no roteiro e integra a narração ao som pré-existente da obra audiovisual. (COSTA; FROTA, 2011, p. 7)

Conforme Costa e Frota (2011) destacam, na primeira etapa do processo da audiodescrição, o audiodescritor e o consultor assistem e analisam a obra audiovisual a



ser audiodescrita, ou seja, ainda sem nenhuma ferramenta de acessibilidade. Nesse momento, o audiodescritor adquire compreensão do conteúdo, "analisando a importância (relevância) das imagens para a narrativa" (*ibidem*, p. 8) e pensando estratégias a serem utilizadas na construção do roteiro. O consultor com deficiência visual, nesta etapa,

assiste ao vídeo ou filme enviado antes de ler o roteiro para ter uma ideia do que pode ou não ser entendido apenas com o áudio original do filme, auxiliando na percepção de quais partes devem ter mais ou menos descrições, o que precisa ser ressaltado – se a descrição dos personagens, dos acontecimentos ou dos ambientes. (MIANES, 2018, p. 88)

Na sequência, o audiodescritor inicia a elaboração do roteiro de audiodescrição. De acordo com o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (NAVES *et al.*, 2016),

os roteiros de audiodescrição de produções audiovisuais precisam conter os seguintes elementos: tempos iniciais e finais das inserções da AD [audiodescrição], as unidades descritivas, as deixas, ou seja, a última fala antes de entrar a AD e as rubricas, que consistem nas instruções para a narração da AD. (NAVES *et al.*, 2016, n.p.)

O ideal é que sejam aproveitados os intervalos de silêncio no produto audiovisual original, para uma inserção mais confortável das locuções da audiodescrição (COSTA; FROTA, 2011, p. 9). Tal ação implica que os audiodescritores devem fazer escolhas de palavras precisas para aproveitar o tempo e entregar a informação mais exata, além do favorecimento da sincronia das informações quando possível (*ibidem*). Com o roteiro escrito, o audiodescritor e o consultor devem verificar a efetividade do documento, com o intuito de sanar as barreiras de acessibilidade.

[...] o consultor lê o roteiro de audiodescrição para ter a noção do trabalho por inteiro, podendo fazer isso mais de uma vez, atento a algumas imprecisões, problemas de redação e outros. Assiste novamente o material já conhecendo um pouco mais o roteiro de audiodescrição para verificar algumas dúvidas ou outros aspectos relevantes. Por fim, analisa as descrições de cada cena e avalia se existe alguma sugestão de alteração a ser feita para melhorar a compreensão dos usuários. (MIANES, 2018, p. 88)

Em seguida, a versão final do roteiro de audiodescrição está pronta para que o locutor faça a sua narração. O locutor grava as inserções na velocidade e entonação especificadas no roteiro. A partir das gravações, o editor de som insere as narrações no período de tempo demarcado pelo roteiro, revisa possíveis imperfeições, ajusta os volumes e finaliza a mixagem da audiodescrição a fim de manter a sintonia com a proposta estética original da obra (COSTA; FROTA, 2011, p. 9). A locução da audiodescrição, a propósito, "não é um elemento que participa da construção do significado na elaboração de uma obra. Porém, quando colocada junto à obra, passa a ser elemento de composição do significado para quem se utiliza dela" (NAVES *et al.*,



2011, n.p.). Portanto, a expressão de elementos da locução como velocidade, tom de voz, ritmo e sotaque interferem na experiência de consumo da audiodescrição, podendo contribuir ou interferir negativamente na efetividade do recurso.

A audiodescrição deve trazer respostas, a seu público-alvo, a questões que o componente sonoro do filme não responde, como "o quê?", "quem?", "como?", "quando?" e "onde?" (COSTA; FROTA, 2011, p. 11). Conforme Hurtado (*apud ibidem*, p. 12), existem três categorias de elementos que a audiodescrição deve se preocupar em traduzir: elementos visuais não verbais (personagens, ambientação e ações), elementos visuais verbais (créditos, legendas) e estilo (aqui relacionado à estética e ao gênero cinematográfico).

Diante desses diversos elementos, a questão que medeia as escolhas do audiodescritor na construção do roteiro é o que descrever e o que não descrever. "Buscar não só um volume de informações suficiente para o público acompanhar a história, sem que a AD se torne cansativa, como também a melhor maneira de dar essas informações" (*ibidem*). Duas orientações comuns à elaboração da audiodescrição são descrever o que você vê e não interpretar as imagens projetadas. No entanto, há que se discutir se em um processo de tradução é possível que não haja nenhuma interpretação por parte do audiodescritor. Além disso, existem situações em que se pautar apenas em descrever o que se vê não é efetivo para sanar barreiras (*ibidem*), é preciso criar um contexto em que aquelas informações tenham sentido.

Portanto, existem uma série de especificidades no processo de produção da audiodescrição que podem ser exploradas a fim de solucionar algumas barreiras de acesso. A partir dessas diversas possibilidades, o projeto *Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição* se constituiu como um espaço de investigação coletiva, envolvendo o público-alvo na discussão da efetividade das estratégias da audiodescrição.

Projeto Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema

O projeto *Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição* iniciou suas atividades em setembro de 2020, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Objetivando contribuir para um cinema mais acessível para pessoas com deficiência visual, investiga como a



audiodescrição pode atuar em diferentes momentos da produção cinematográfica. Para tanto, realiza análises quanto às barreiras de acessibilidade tanto na estrutura do filme quanto na própria audiodescrição, de forma a contribuir para solucioná-las em seus respectivos processos de produção.

Diante dos poucos estudos voltados para a acessibilidade no campo do cinema, o presente projeto apresenta relevância acadêmica premente. Além disso, a legislação vigente no Brasil e a premissa democrática de garantir o acesso à cultura e à informação a todos os cidadãos dão à iniciativa contornos sociais bastante significativos.

O grupo é formado por três pesquisadores e pela professora coordenadora. Dois dos pesquisadores são graduandos do Curso de Cinema, sendo a terceira graduanda do Curso de Jornalismo e pessoa com deficiência visual. Além do processo de formação dos alunos pesquisadores, como audiodescritores e consultora em audiodescrição, respectivamente, o projeto tem como premissa pensar os processos de acessibilidade com participação direta das pessoas com deficiência visual. Assim, conta com as contribuições da pesquisadora consultora para pensar todos os processos e barreiras à acessibilidade, como também estabelece um diálogo direto com um público mais amplo, a partir de exibições fílmicas acessíveis e debates junto a pessoas com deficiência visual. Vale ressaltar que estas interações com o público visam não somente levantar dados para a pesquisa, mas funcionam também como um cineclube, em que os participantes têm acesso a produções fílmicas acessíveis e podem construir reflexões coletivas sobre elas.

[...] aí está, certamente, o maior desafio da audiodescrição. Devido ao pouco estímulo oferecido aos produtos audiovisuais graças à falta de acessibilidade, as pessoas com deficiência, em sua grande maioria, não desenvolveram uma cultura para o teatro, cinema ou televisão. Despertá-las para estes "novos canais de comunicação" é preponderante para torná-las consumidoras de produtos audiodescritos. (SANTANA, 2010, p. 140)

Para alcançar seus objetivos, o projeto organizou suas atividades de pesquisa de forma a propiciar o levantamento de dados. Vejamos a seguir como elas se estruturaram.

Metodologia

O projeto Acessibilidade em Produções Audiovisuais e no Cinema: análise e desenvolvimento de protocolos para a audiodescrição tem como um dos principais

⁷ A formação do grupo de participantes com deficiência visual, a dinâmica e objetivo das exibições e debates serão melhor apresentados no item Metodologia.



objetivos a adequação da audiodescrição ao seu público alvo: as pessoas com deficiência visual. Para tanto, buscamos identificar e investigar as principais barreiras na elaboração da audiodescrição quando ela é pensada apenas na pós-produção de filmes. Como parte de nossa metodologia, procuramos estabelecer um diálogo próximo com os usuários da audiodescrição, de forma a construir uma percepção mais apurada da experiência filmica, a partir do processo de produção desta ferramenta de acessibilidade tal qual acontece hoje. Como estratégia, exibimos curtas-metragens com audiodescrição para um público pré-selecionado de pessoas com deficiência visual — doravante, consultores não-videntes da pesquisa. A partir dessas exibições, promovemos debates com estes consultores no intuito de analisar aspectos da audiodescrição, verificando quais artifícios do roteiro e da narração são mais eficientes e/ou quais não oferecem uma boa experiência de acessibilidade.

Por se tratar de uma pesquisa relativa a seres humanos, submetemos nossa proposta de coleta de dados ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba, que foi aprovada com a seguinte estrutura: 1) seleção de consultores voluntários para a pesquisa e aplicação de questionário socioeconômico, 2) teste de equipamentos, uso de leitores de tela⁸, navegabilidade no *Google Meet* e no *Youtube*, 3) exibição piloto de filme acessível, 4) exibições filmicas acessíveis e debates. Tais procedimentos metodológicos serão aqui apresentados.

Inicialmente, fizemos a seleção de consultores não-videntes por meio da rede de contatos da pesquisadora com deficiência visual, integrante da nossa equipe. Por se tratar de um estudo de caso, para calibrar o processo de análise mostrou-se necessário conhecer os consultores por meio de um questionário socioeconômico. O questionário coletou dados como: nome, gênero, idade, escolaridade, tipo de deficiência visual, causa da deficiência visual, se o consultor era usuário de ferramentas de acessibilidade, além de levantar preferências pessoais quanto a gêneros filmicos, dentre outros. Outro intuito dessa coleta de dados foi estabelecer uma maior proximidade entre pesquisadores e consultores, de maneira a propiciar que as interações fossem o mais confortável possível para os recém-ingressantes, incluindo as temáticas dos filmes e as estratégias de

⁸ O leitor de tela é um software utilizado principalmente por pessoas cegas, que fornece informações através de síntese de voz sobre os elementos exibidos na tela do computador. Esses softwares interagem com o sistema operacional, capturando as informações apresentadas na forma de texto e transformando-as em resposta falada através de um sintetizador de voz. (Gov.br, 2014)



abordagem nos debates. Os consultores foram divididos em grupos e distribuídos entre os pesquisadores, que aplicaram os questionários por meios eletrônicos e telefônicos, respeitando todas as normas sanitárias decorrentes da pandemia da COVID-19.

Antes da realização das demais etapas da pesquisa, foi realizado um encontro virtual com os consultores para a testagem dos equipamentos eletrônicos individuais e dos leitores de tela a serem utilizados pelos consultores para acessar o *Youtube* e o *Google Meet*. Essas duas plataformas foram escolhidas para exibição dos filmes e para os debates, respectivamente, por serem de acesso gratuito e serem acessíveis aos leitores de tela. Exibimos um curta-metragem com audiodescrição — *Antes que seja tarde* (2015), do diretor Alexandre Dubiela — e abrimos uma sala no *Google Meet* apenas para o teste da navegabilidade das plataformas. Na sala do *Google Meet*, os consultores compartilharam a experiência dos testes, no qual aprovaram a viabilidade de utilizar essas duas plataformas.

O próximo passo foi a realização da curadoria dos filmes com audiodescrição a serem exibidos para os consultores não videntes. Os curtas-metragens selecionados para as exibições foram: FIM (2019), da diretora Ana Isaura — realizadora audiovisual paraibana. O filme trata de forma tragicômica o luto de uma mulher que acabou de perder sua mãe, questionando e ressignificando o sentido da morte. O segundo filme escolhido foi Clandestina Felicidade9 (1998) dos diretores Beto Normal e Marcelo Gomes. O curta-metragem é baseado nos contos de Clarice Lispector, abordando fragmentos da infância da autora e a descoberta do mundo pelo seu olhar curioso, perplexo e profundo. O terceiro curta-metragem foi o Salu e o Cavalo Marinho¹⁰ (2014), da diretora Cecilia da Fonte. Trata-se de uma animação que conta a história de Mestre Salustiano, um dos artistas populares mais famosos do Brasil. Salu, como ele é chamado e conhecido, logo cedo sonha em participar de um grupo de Cavalo-Marinho, manifestação cultural típica da região onde mora. O quarto e último foi o curta-metragem animado Changing Batteries¹¹ (2015), da diretora Casandra N.G. O filme conta a história de uma idosa com o seu robô, um presente do seu filho ausente para ajudá-la nos afazeres domésticos.

⁹ Filme com audiodescrição disponível no link: http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3268

¹⁰ Filme com audiodescrição disponível no link: http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3304

¹¹ Filme com audiodescrição disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=SQyZfLTDoiM



A curadoria foi feita com base em critérios de potencial de discussão e debate a partir da temática, adequação ao gosto e realidade dos consultores, além das possibilidades de análise da audiodescrição. Outro ponto considerado na curadoria foi eliminar a variável da dublagem, já que a mesma poderia gerar deturpações no processo de fruição do filme. Dessa forma, optamos por exibir apenas filmes nacionais, quando houvesse a presença de diálogos. Por se tratar de encontros virtuais, outro critério adotado foi o tempo de duração dos filmes. Para evitar que as interações se tornassem cansativas, optamos por selecionar curtas-metragens de até 20 minutos de duração. A diversidade de formatos e gêneros cinematográficos foi outra categoria adotada, para que a amostragem dos dados fosse mais ampla em termos de possibilidades de abordagem - nesse sentido, optamos por escolher dois filmes em *live-action* e duas animações.

Os aspectos estéticos dos filmes foram distintos: FIM (2019) é um live-action paraibano, com diálogos permeados por expressões e sotaque regionalistas, além de propiciar aos consultores familiaridade territorial com determinados ambientes, já que o filme se passa em João Pessoa, cidade onde a maior parte deles residem. Clandestina Felicidade (1998) é um live-action com narrador e diálogo entre personagens, onde a personagem principal interage diretamente com o espectador. Salu e o Cavalo Marinho (2014) é um curta-metragem animado com narrador e diálogo permeado por regionalismos linguísticos próximos do cotidiano dos consultores. Changing Batteries (2015), por sua vez, é uma animação sem diálogos ou narração, apenas sons ambientes e trilha sonora.

Com a curadoria realizada de acordo com a variedade de artificios narrativos nas obras, foi possível realizar dois tipos de ações metodológicas: 1) levantamento, por parte dos pesquisadores, quanto às principais lacunas de acessibilidade não contempladas ou não solucionadas pelo roteiro e pela locução da audiodescrição - sejam elas por impossibilidades técnicas oferecidas pela estrutura fílmica, seja por problemas na elaboração do roteiro ou da locução; 2) análise do roteiro e das locuções das audiodescrições pelos consultores.

A primeira ação metodológica foi desenvolvida da seguinte forma: os pesquisadores assistiram aos curtas-metragens para o levantamento de hipóteses de barreiras nos filmes e nas audiodescrições, realizando um relatório que era



compartilhado com os demais membros da equipe. Após o debate do relatório, formulamos um roteiro de questionário geral, que seria aplicado em todas as sessões com os consultores. Além disso, a partir das especificidades de cada filme, seriam acrescentadas perguntas específicas para cada produção. O questionário geral se configurou por questões direcionadas ao entendimento do filme a partir de um recorte mais amplo: qual a história do filme? Onde e quando ela ocorreu? Quais personagens chamaram sua atenção e por quê? Como foi a experiência sonora do filme e da audiodescrição? A parte específica do questionário, elaborada a partir de aspectos singulares de cada filme, abordou questões como: confusão quanto a determinados termos utilizados na audiodescrição, vícios de linguagem ou gírias, cortes de cena, audiodescrição do título do filme, dentre outros.

A segunda ação metodológica foi estruturada da seguinte maneira: previamente, seria marcado com os consultores uma data e horário para cada exibição fílmica. No momento agendado, haveria a disponibilização do fílme com audiodescrição através de um link privado no *Youtube*. Após 45 minutos, abriríamos uma sala no *Google Meet* para a realização do debate síncrono. Esse tempo foi estipulado para que os consultores pudessem acessar e assistir ao fílme com tranquilidade e atenção. No debate, ocorreria a aplicação dos questionários geral e específico com os consultores, no intuito de gerar discussões sobre as questões identificadas pelos pesquisadores. As sessões seriam gravadas, com a anuência dos participantes através de um termo de consentimento e, posteriormente, transcritas pelos pesquisadores para otimizar a coleta dos dados.

Com os parâmetros metodológicos definidos, a primeira exibição, piloto, foi realizada. Ela é denominada dessa forma por ser a sessão teste, que serviu para calibrar o questionário e avaliar a dinâmica da interação com os consultores. O filme selecionado para ser exibido na sessão piloto foi *FIM* (2019), por ser o filme que apresentava maior familiaridade linguística e espacial para os consultores.

Seguindo o planejamento, a dinâmica da sessão funcionou da seguinte forma: na data e horário pré-estabelecidos, foi compartilhado o link com os consultores para o acesso ao filme com audiodescrição. Após 45 minutos, a sala do *Google Meet* foi aberta. Após a entrada de todos os consultores, se deu início ao debate: a professora coordenadora falou sobre o projeto, explicou como seriam executadas as sessões e leu o termo de consentimento, que havia sido enviado previamente para os voluntários. Todos



os participantes deram anuência ao termo. O debate durou uma hora e dez minutos e, guiado pelo questionário, a conversa se desenvolveu com uma boa integração entre todos os consultores e pesquisadores.

A exibição piloto foi fundamental para avaliarmos a dinâmica das sessões. Foi possível aferir que o tempo de 45 minutos era suficiente para os consultores assistirem os curtas-metragens propostos. Além disso, foi possível aferir a necessidade de alguns pequenos ajustes nas perguntas do questionário geral, para que ficassem mais claras e diretas. Além disso, ficou imperativo estipular o tempo máximo de uma hora de duração para o debate, de forma a não ficar cansativo para os consultores. A partir deste modelo, foram realizadas as outras três sessões, com os filmes estabelecidos pela curadoria, relatados previamente.

Análise e discussão de dados

A partir dos dados colhidos nos debates, referentes às exibições dos filmes Clandestina Felicidade (1998), Salu e o Cavalo Marinho (2014) e Changing Batteries (2015), procuramos realizar a categorização e análise das barreiras de acessibilidade encontradas. Dividimos estas barreiras em termos das dificuldades oferecidas pela própria estrutura filmica, e também por questões que envolvessem as estratégias adotadas na audiodescrição.

No que diz respeito à estrutura filmica, um dos aspectos a serem investigados foi a sobreposição da audiodescrição a elementos sonoros importantes, além da velocidade da audiodescrição em determinadas cenas. Tais fatos são indicadores de uma estrutura filmica que não permite a inserção da audiodescrição, forçando o audiodescritor a sobrepor diálogos existentes no filme, ou mesmo a falar as informações de forma muito acelerada, justamente para que elas caibam no intervalo de silêncio disponível.

Tem hora que há uma necessidade da fala do personagem sobreposto com a narrativa da descrição. E tem hora que confunde. (...) Entre ouvir o personagem e ouvir a audiodescrição, tem hora que dá confusão. (Participante B)

Outra questão muitas vezes relacionada à estrutura filmica é a impossibilidade de, no roteiro de audiodescrição, realizar a descrição dos personagens ou do ambiente. A ausência destas informações pode se dar por uma escolha tradutória do audiodescritor mas, em grande parte das vezes — e como é o caso dos filmes aqui analisados — isto



acontece por falta de espaços para inserção destas informações, que são preteridas em razão da descrição de elementos mais centrais para o entendimento da cena, como a ação dos personagens.

Eu acho que a única personagem que realmente é descrita, a característica dela, é a Reveca. Ela é gordinha. Apenas algumas colocações relacionadas a Reveca, mas aos outros personagens não. (Participante A)

Eu acho que ele teve uma boa descrição das cenas, dos atos. Mas, dos ambientes, ficou um pouco a desejar. Ele descreveu bem o que estava acontecendo, quando ele [Salu] ia dançar, quando ele [Salu] estava brincando com outro garoto, ele [Salu] com o pai. Tudo que era feito, a descrição foi bem detalhada. Agora, do ambiente, do local que ele [Salu] estava, ficou um pouco a desejar. (Participante C)

Já em relação ao roteiro da audiodescrição, há momentos em que as descrições guiam o olhar de quem vê, mais do que propriamente geram uma audiodescrição informativa para pessoas com deficiência visual. No contexto da pesquisa, essas descrições incluem a indicação do título do filme ("em branco, Salu e o Cavalo Marinho, contornado por tracinhos"), a descrição de movimento de câmera ("a tela desliza para a esquerda"), a descrição de efeitos de transição visual ("tudo escuro") e a descrição de movimentos e gestos dos personagens ("alterna os pés para trás"). Outra questão importante a ser observada neste sentido, é a ausência de referência clara sobre qual personagem está executando determinada ação indicada na audiodescrição:

Mas um aspecto, nesse ponto, que me deixou confuso foi naquela hora que o Salu começa a mangar dos coleguinhas. Aí fala "um menino dança todo desajeitado, todo desengonçado". Ali não deu pra entender quem é que estava no script [da audiodescrição], se era Salu, se era algum coleguinha dele. Naquilo ali, eu fiquei meio perdido. (Participante A)

Outra questão fundamental a ser pensada no roteiro de audiodescrição é a ambientação de onde a cena se passa. Em diferentes filmes, o deslocamento de ambiente a partir de um corte de cena não estava claro, causando confusão nos consultores.

Esses cortes, essas mudanças de cenários sempre acabam meio confundindo um pouco porque a gente fica meio naquela: o personagem tá ali num certo ambiente e, de repente, a cena muda subitamente e a gente fica meio desambientado naquele momento que faz esses cortes. Eu, em geral, fico meio desambientado quando isso acontece. (Participante A)

Eu me confundi. Ela [Clarice] entrou ali, numa sala cheia de bichos (...). Ela [Clarice] sai da sala, cortou, foi muito rápido. Mas, acho que ela estava numa sala cheia de bichos. Acho que era um laboratório, talvez, que tivesse na escola." (Participante E)

Outras questões relacionadas à estrutura filmica, e que tem reflexos no roteiro de audiodescrição, são o enquadramento e o movimento de câmera, e também a quebra da quarta parede — ou seja, quando um personagem olha e fala diretamente para a câmera.



Tais questões são parte importante da composição da narrativa no cinema, mas a sua referenciação no roteiro de audiodescrição precisa ser melhor investigada. Como apontado pelos consultores, em alguns momentos a referenciação destes elementos gera dúvidas, ao invés de situá-los na cena.

Nesse filme (...) fala "estamos na nuvem". Eu fiquei meio confuso. O que significa "estamos na nuvem"? Significa uma imagem panorâmica do cenário? O que significa aquilo? Ficou meio estranho ali, antes de mencionar que a imagem se afasta pra esquerda. (Participante A)

Eu primeiramente fiquei com medo. Como assim [a personagem] olha para nós? Eu acho que ficaria melhor colocar "olhando para a câmera". Do mesmo jeito quando [a câmera] está se afastando, colocar "a câmera se afasta". Algo do tipo, "a imagem se afasta". Não nós [nos afastamos], porque fica parecendo que nós fazemos parte da audiodescrição, parte da imagem. (Participante D)

A partir dos dados colhidos, foi possível aferir que a estratégia de hipotetizar quais eram as barreiras de acessibilidade e formatar o questionário a partir disso configurou-se como uma estratégia metodológica bastante proveitosa para o levantamento de dados. Além disso, dar abertura para que os consultores trouxessem questões próprias, dúvidas e impressões que não estavam no questionário acrescentou elementos importantes à análise, demonstrando que a participação destes sujeitos, usuários da audiodescrição, não consiste em meramente validar ou refutar as impressões dos pesquisadores — mesmo considerando que uma das pesquisadoras do projeto é uma pessoa cega. O caminho de coconstrução com as pessoas com deficiência visual é fundamental para investigar a audiodescrição no cinema, de forma a propiciar uma experiência fluida e acessível ao público.

O que a gente mais deseja é que a gente tenha, dentro da medida do possível, o mesmo nível de informação que tem alguém que está assistindo o filme de forma visual. Porque a pessoa que está vendo, está enxergando, ela está tendo todo o contexto do cenário, a gente não. Se essa informação está lá e não nos é passada, tem uma falha. Se a informação não está lá, tudo bem. Mas, se a informação está lá e não nos foi passada, aí eu acho que é um aspecto falho da intenção da audiodescrição. (Participante B)

Considerações finais

O presente estudo procurou contribuir com as discussões envolvendo o acesso ao cinema como um direito de todos, e do comprometimento que nós, profissionais e pesquisadores da Comunicação, devemos assumir para a efetivação desse direito. Adotando como recorte o público de pessoas com deficiência visual e o cinema, procuramos evidenciar como a implementação da audiodescrição precisa ser melhor



investigada em termos da superação das barreiras que comprometem a efetiva acessibilidade de sua audiência.

Embora ainda iniciais e exploratórios, os dados levantados pela pesquisa apontam para a necessidade de pensarmos os processos de produção do cinema e os critérios que guiam o processo de roteirização e locução na audiodescrição, de forma a propiciar uma experiência realmente acessível ao público com deficiência visual. Desta forma, mostra-se fundamental o desenvolvimento de estudos que se aprofundem nestas discussões, de forma a avançarmos nas garantias da comunicação como um direito de todos.

REFERÊNCIAS

ANCINE. **Instrução Normativa no 116**, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE. Disponível em: http://www.ancine.gov.br/

legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>. Acesso em 26/06/2021.

ANCINE. **Instrução Normativa no 128**, de 13 de setembro de 2016, Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. Disponível em: http://www.ancine.gov.br/legislacao/

instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>. Acesso em 26/06/2021.

BRASIL. **Lei no 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm. Acesso em 26/06/2021.

BRASIL. **Lei no 13.146**, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de jul. 2015. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html. Acesso em 26/06/2021.

BRASIL. Presidência da República. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 100.

COSTA, L; FROTA, M. P. Audiodescrição: primeiros passos. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 11, 2011. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18882/18882.PDF>. Acesso em 05/08/2021.



CUTRIM, R. F; LEMOS, J. C. Acessibilidade com foco na autonomia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em:https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/449-2297.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

DEPARTAMENTO DO GOVERNO ELETRÔNICO. **Gov.br**, 2014. eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Disponível em: http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em 06/08/2021.

MAYER, F. A. A importância das coisas que não existem: construção e referenciação de conceitos de cor por pessoas com cegueira congênita. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

MIANES, F. L. Consultoria em audiodescrição: da técnica à participação social da pessoa com deficiência visual. *In*: MAYER, F. A; PINTO, J. **Perspectivas Contemporâneas em Audiodescrição.** Belo Horizonte: Editora CRV, 2018. pp. 84-94.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org.) **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAVES, S. B; MAUCH, C; ALVES, S. F; ARAÚJO, V. L. S. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016, 85p. Disponível em: https://grupoleaduece.blogspot.com/p/guia-para-producoes-audiovisuais.html>. Acesso em 26/06/2021.